

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 106.722 - CE (2018/0338370-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**RECORRENTE** : CARLOS INACIO DE SOUSA FILHO (PRESO)  
**ADVOGADOS** : PHABLO HENRIK PINHEIRO DO CARMO E OUTRO(S) -  
CE032714  
SAMYA BRILHANTE LIMA - CE032204  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por CARLOS INÁCIO DE SOUSA FILHO, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no julgamento do *Writ* n. 0629579-72.2018.8.06.0000.

Infer-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante no dia 9/8/2018, convertida a prisão em preventiva em 13/8/2018, e, posteriormente, denunciado pela prática dos delitos previstos nos arts. 12 e 16, ambos da Lei n. 10.826/03, e no art. 2º, §§ 2º e 3º, da Lei n. 12.850/13.

Sustenta o recorrente, em síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal sob o argumento de que *"passados mais de 100 (CEM) DIAS, da prisão do recorrente, não houve ainda sequer início da instrução processual una, não havendo conseqüentemente, previsão quando terminará a fase de formação da culpa, caso grave de excesso de prazo na formação da culpa, constituindo uma verdadeira antecipação de pena"* (e-STJ fl. 70).

Afirma que não criou obstáculos para o andamento do feito, que possui residência fixa e laços familiares locais, o que autorizaria a concessão de liberdade provisória.

Por fim, requer, liminarmente e no mérito, a revogação de sua prisão cautelar, com a expedição do competente alvará de soltura.

Sem contrarrazões, os autos ascenderam a esta Corte.

A liminar foi indeferida.

Informações prestadas, às fls. 108-113 e 122-124 (e-STJ), noticiam que foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 4/2/2019.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 115-118).

**É o relatório.**

A pretensão não merece conhecimento.

Dos elementos que instruem os autos infer-se que o Tribunal recorrido, não conheceu do *habeas corpus* originário, sob os seguintes fundamentos:

*"Ocorre que, no interstício entre o flagrante e a impetração do presente writ, percebe-se que não restou comprovado que foi manejado, junto ao juízo de piso, pedido liberatório atacando o decreto prisional cautelar sob o argumento de excesso de prazo para início da instrução.*

*Sabe-se que o habeas corpus é remédio constitucional de*

*natureza urgente, demandando prova pré-constituída, e não comportando, por isso, dilação probatória. Dito isso, vislumbra-se que não é possível conhecer do presente writ neste órgão colegiado, tendo em vista que o impetrante deixou de demonstrar, algo que lhe incumbia, que a tese ora suscitada foi apresentada e exaurida junto ao juízo de piso.*

*Ressalte-se, não há nenhum documento, anexado pelos impetrantes ou impetrado, que comprove a efetiva submissão do tema ora apresentado ao juízo a quo, inexistindo da mesma forma qualquer referência a pleito do gênero nas informações de fls. 44/45.*

*Para possibilitar a análise de tal insurgência, que versa sobre excesso de prazo para formação da culpa, faz-se-ia imprescindível que o Magistrado singular tivesse previamente apreciado a matéria, visto que, analisá-la sem a devida submissão do Juízo primevo, configura verdadeira afronta os princípios do duplo grau de jurisdição e do juiz natural. Por isso, tenho como imperativo o não conhecimento da ordem neste ponto.*

*[...]*

*Dessa forma, não havendo a comprovação deste tribunal não vir a atuar em suprimindo instância, resta demonstrada a impossibilidade de análise do presente writ" (e-STJ fls. 59-61).*

Assim, verifica-se que a tese de excesso de prazo para formação da culpa não foi analisada pelo Tribunal de origem no acórdão ora combatido.

A competência deste Superior Tribunal de Justiça está expressamente prevista no art. 105 e incisos da Constituição Federal, exigindo, para conhecimento da matéria trazida em caso de *habeas corpus*, a existência de ato coator de Tribunal sujeito à sua jurisdição ou de quaisquer das outras autoridades elencadas no inciso I, alíneas "b" e "c", da CF, o que não se vislumbra ocorrer na hipótese, pois a alegação deduzida na inicial ***sequer foi alvo de deliberação*** pelo Tribunal de origem, a indicar a atuação deste Sodalício em indevida supressão de instância.

A propósito, confira-se:

*RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELO TRIBUNAL A QUO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTOS. GRAVIDADE CONCRETA. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER ACOLHIDO.*

*1. A tese de que haveria excesso de prazo na formação da culpa não foi objeto de apreciação pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual também não pode ser aqui analisada, sob pena de indevida supressão de instância.*

*[...]*

4. *Recurso em habeas corpus improvido.*

(RHC 104.711/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 04/02/2019, grifou-se)

Ante o exposto, **não se conhece** do recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se e intimem-se.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator

